



INTERPELAÇÃO ESCRITA

Qual o ponto de situação da criação do mecanismo de hipoteca inversa

Nos últimos anos, a proporção da população idosa em Macau tem aumentado, e existem opiniões na sociedade que sugerem a implementação do mecanismo de hipoteca inversa, para otimizar a vida dos idosos, assim, solicito ao Governo que concretize, de forma activa, o mecanismo de fiscalização de hipoteca inversa, dando aos idosos mais uma opção. Na resposta à minha interpelação escrita, o Instituto de Acção Social (IAS) refere que, embora tenha adjudicado ao exterior um estudo de viabilidade sobre o assunto, o certo é que, segundo parece, os residentes aposentados ou prestes a aposentar-se demonstram alguma resistência em relação à hipoteca inversa, considerando desnecessária e não urgente a sua implementação a curto prazo.

Como não existe em Macau um mecanismo de hipoteca inversa, os residentes não têm, em princípio, casos concretos para servir de referência, por isso, é normal que não tenham noção do que se trata. Na minha opinião, o principal objectivo da criação de um mecanismo regulador da hipoteca inversa por parte do Governo é proporcionar opções aos residentes num ambiente económico livre consagrado pela Lei Básica. Não deve haver preocupação em relação ao número previsto de participantes (deve respeitar-se a liberdade de escolha dos residentes, e mesmo que o Governo crie um mecanismo de fiscalização, não vai precisar de gastar recursos públicos com a criação de um serviço ou sociedade de capital público para assegurar as actividades de hipoteca inversa). Pelo contrário, sem esse mecanismo, os cidadãos não terão nem exemplos para servir de referência, nem alternativas.



澳門特別行政區立法會
Região Administrativa Especial de Macau
Assembleia Legislativa

(TRADUÇÃO)

Assim sendo, interpelo sobre o seguinte:

1. A criação de um mecanismo de hipoteca inversa é uma opção comum nas regiões do mundo onde se pratica a economia livre, que permite que os idosos possam tratar dos seus bens. O Governo da RAEM concorda com isto? Nos termos da Lei Básica, na RAEM aplica-se a economia livre, assim sendo, deve criar-se, quanto antes, um mecanismo de fiscalização razoável sobre a hipoteca inversa, para que os residentes que reúnem condições possam ter livre escolha. O Governo vai fazê-lo?

2. Como não há casos concretos para servir de referência à população, é normal que esta não tenha qualquer noção do que é a hipoteca inversa. O Governo da RAEM concorda com isto? O Governo deve criar, quanto antes, o referido mecanismo, para que os residentes, através de casos concretos, fiquem a conhecer o que é a hipoteca inversa e façam a sua livre escolha, em vez de se focar na quantidade de pessoas, que eventualmente, vão escolher a hipoteca inversa. Vai fazê-lo?

3. O IAS deve tomar a iniciativa de contactar as entidades competentes pelos assuntos de gestão financeira e justiça, no sentido de criar um mecanismo razoável de fiscalização de hipoteca inversa. Vai fazê-lo?

17 de Fevereiro de 2021

O Deputado à Assembleia Legislativa da RAEM

Ng Kuok Cheong